A MEDIAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O INCENTIVO À AUTONOMIA DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA FEDERAL PARAENSE

Ana Clara da Silva Rabelo[1]; Eder Gabriel de Castilho Lima[2]

[1]Estudante de graduação do 8º semestre de Pedagogia na Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil, anaclararabbelo@gmail.com

[2]Estudante de graduação do 6º semestre de Educação Física na Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil, edercastilho169@gmail.com

Introdução

A Educação Especial se apresenta atualmente como uma modalidade de ensino estruturada e devidamente destacada no Sistema Nacional de Educação. Entretanto, faz-se importante relembrar que o atual cenário referente a essa categoria educacional possui uma extensa trajetória histórica marcada por lutas e desafios, principalmente no que se refere à desconstrução da perspectiva capacitista e segregadora que tanto se fez presente em diversas esferas sociais ao longo da história, apontando para além dos muros da escola. Essa árdua jornada de enfrentamento das barreiras excludentes gerou conquistas que se iniciaram no âmbito teórico, por meio de legislações e decretos, culminando, nos dias atuais, em diferentes políticas públicas que embasam a Educação Especial, como, por exemplo, a definição e atribuições do Profissional de Apoio Escolar ou Mediador Escolar.

Nesse contexto, considerando um salto histórico para a atualidade e os avanços mais recentes, destaca-se o Decreto nº 12.686/2025, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, apresentando, na Seção V, o detalhamento acerca das funções, da formação e das orientações referentes ao Profissional de Apoio Escolar.

O referido decreto aponta que o mediador escolar deve atuar no auxílio à locomoção e participação na dinâmica escolar, à higiene, à alimentação, à interação social, à comunicação e ao uso de recursos auxiliares, além de participar das atividades escolares em uma articulação com a equipe pedagógica (Brasil, 2025, seção V).

Diante desse breve levantamento legal, compreende-se que o mediador escolar se apresenta como um elemento articulador na dinâmica do cotidiano escolar, consolidando-se como uma ferramenta essencial para a efetivação da inclusão no cotidiano educacional. Logo, pode-se entender que "a principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depare com dificuldades de interpretação e ação" (Mousinho *et al.*, 2010, p. 95). Porém, ser intermediário não significa filtrar toda e qualquer situação, impedindo que o estudante tenha contato direto com as mais variadas circunstâncias que podem surgir da socialização com seus pares e da vivência na escola.

Mousinho *et al.* (2010) afirmam que a mediação escolar deve ter suas ações pautadas com um olhar para o desenvolvimento dos estudantes que precisam de um suporte complementar, com estrita cautela para não incorporar superproteção ou se identificar como um cuidador. As autoras complementam que "o profissional deve, sempre em parceria com o professor, saber quando o apoio deve ser mais diretivo, a hora que deve se afastar visando à autonomia" (Mousinho *et. al.*, 2010, p. 104).

Nesse sentido, surge a discussão que pauta o presente trabalho, a respeito do incentivo à autonomia, especialmente no caso de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma vez que o vínculo entre mediador e aluno pode assumir um carácter exclusivo de dependência, de modo que limite a atuação autônoma e independente dos alunos mediados.

A partir disso, este relato de experiência justifica-se pela necessidade de discutir sobre práticas da mediação que incentivam a conquista da autonomia do estudante de modo processual, evitando a consolidação de uma dependência negativa, limitante, regressiva e assistencial. Partindo desses pontos, este trabalho objetiva compreender o papel da mediação escolar enquanto agente potencial no desenvolvimento da autonomia de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto de uma escola pública federal paraense. Para isso, relataremos estratégias adotadas pelos mediadores da escola lócus da pesquisa para o desenvolvimento da habilidade autônoma dos alunos acompanhados.

Metodologia

Este trabalho trata de um recorte de uma pesquisa científica expandida realizada para o embasamento de um trabalho de conclusão de curso, caracterizando-se como um estudo de natureza qualitativa, sob abordagem descritiva. Para alcançar os objetivos dispostos neste trabalho, realizou-se uma pesquisa de campo em uma escola pública federal situada na cidade de Belém, capital do Pará. O período de realização da pesquisa ocorreu entre janeiro de 2025 e fevereiro de 2026.

A inserção no campo ocorreu por meio de experiência pré-profissional, na qual os pesquisadores desempenharam função de mediadores pertencentes a um setor de apoio multifuncional da instituição, com atuação direta com estudantes diagnosticados com TEA, em diferentes níveis de suporte e diferentes comorbidades como Deficiência Intelectual (DI), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG). É importante pontuar também que a escola lócus perpassa por vários segmentos de ensino, pois possui turmas do 1º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais até o 3º ano do Ensino Médio, impactando diretamente na dinamicidade da mediação escolar que pode contemplar uma criança de 7 anos ou um adolescente de 16 anos, por exemplo.

Os dados foram obtidos a partir da articulação entre observação participante, registros em diário de campo, assim como análise documental de legislações e aprofundamento teórico entre autores da área.

Resultados e discussão

Os resultados apontam que a mediação escolar, quando guiada por uma perspectiva pedagógica personalizada e sensível, contribui de modo significativo para o incentivo à autonomia de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. É importante pontuar que esse marco pode ser facilmente atingido quando o trabalho prioriza algo que já é de sua natureza: a coletividade. A

mediação não se faz sozinha, mas se configura como uma parceria entre mediador, aluno, equipe pedagógica e o núcleo familiar.

Nesse parâmetro, as ações coletivas foram um divisor na conquista da autonomia de Flávia (nome fictício), diagnosticada com TEA e comorbidade em DI, aluna do 1º ano do Ensino Médio acompanhada pela pesquisadora entre janeiro e junho de 2025. Nos primeiros meses de mediação com essa aluna, identificou-se que havia uma defasagem na sua habilidade autônoma funcional e comunicativa, mesmo apresentando uma fala bem desenvolvida e habilidades sociais consideráveis. O problema em questão correspondia em comunicar ao professor sua necessidade de ir ao banheiro, uma vez que a aluna se reprimia por culpa e por pensamentos repetitivos de que sair na hora da aula era um erro e ela poderia ser punida verbalmente.

Após a identificação dessa problemática pela mediadora, a coordenação pedagógica foi contatada acerca da situação para conversar com os professores da aluna. Essa informação também foi levada à responsável de Flávia que iniciou os diálogos com ela em casa. Logo, pode-se afirmar que a primeira estratégia utilizada foi o diálogo direto com a aluna. Essa intervenção foi moldada considerando o perfil da estudante que possui habilidades comunicativas verbais bem desenvolvidas e consegue sustentar uma interação social mais complexa, como um diálogo. Inclusive, é importante destacar que Flávia possui uma rigidez cognitiva no que corresponde a regras, internalizando-as de modo tão extremo que a leva a não conseguir identificar de modo imediato ou independente a flexibilidade existente.

Esse aspecto de Flávia nos levou a supor, enquanto pesquisadores, que alguma orientação de algum agente da escola quanto ao uso dos banheiros pode ter sido interpretada de um modo diferente, fazendo-a entender que sair durante as aulas para ir ao banheiro, seja qual for o nível da necessidade naquele momento, seria totalmente errado. Sendo assim, após as primeiras intervenções através de diálogos, vieram as palavras de afirmação tanto da mediação quanto dos professores, incentivando-a a pedir para ir. Complementar a isso, a mediadora auxiliou Flávia a identificar durante as aulas, momentos propícios para sair, como quando o professor terminara sua explicação. Essas movimentações articuladas foram repetidas dia após dia incessantemente, e repassadas para a mediadora que assumiu a atuação com Flávia entre agosto e dezembro de 2025.

É importante identificar que essa dinâmica de troca de mediadores a cada semestre também se configura como outra manobra de combate a dependência entre aluno e mediador adotada pela escola lócus.

Em janeiro de 2026, a pesquisadora retornou brevemente a atuação como mediadora de Flávia, podendo contemplar avanços significativos no seu desenvolvimento autônomo, pois a aluna já consegue identificar momentos propícios para ir ao banheiro e solicitar permissão de forma autônoma.

Essas vivências dialogam com as considerações de Mousinho *et. al.* (2010) acerca de uma das atribuições do mediador, que consiste em incentivar a tomada de iniciativa do estudante, encorajando-o a ser menos passivo no ambiente. As autoras seguem afirmando que "o mediador pode atuar criando pequenas mudanças e problemas para que a criança perceba, inicie, tolere mudanças e aprenda a lidar com estas situações" (Mousinho *et. al.*, 2010, p. 95), aspecto que se relaciona diretamente com as vivências expostas acima.

Nesse contexto, outra estratégia semelhante foi realizada com o aluno Oscar (nome fictício), estudante do 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, diagnosticado com TEA, TDAH, Altas Habilidades ou Superdotação e Transtorno do Desenvolvimento Psicológico não Especificado. O aluno foi acompanhado pelo pesquisador entre janeiro e fevereiro de 2026. No

decorrer das intervenções pedagógicas, observou-se que o aluno Oscar, apesar de apresentar altas habilidades na área da matemática, evidenciadas pela capacidade de resolver cálculos complexos e equações em níveis superiores ao esperado para as crianças de sua idade, demonstrava, no início da mediação, limitações significativas no que se refere à autonomia diante de atividades básicas no contexto escolar como solicitar permissão para ir ao banheiro, abrir e fechar portas, organizar seus pertences, manusear sua lancheira, descartar resíduos.

Tais comportamentos indicavam uma discrepância entre o desenvolvimento cognitivo-acadêmico e as habilidades adaptativas, aspecto frequentemente discutido na literatura sobre estudantes com altas habilidades ou superdotação. Nesse sentido, adotou-se, com o aluno Oscar, as estratégias de decomposição de tarefas e encadeamento, que consistem em "dividir atividades complexas em etapas menores e graduais" (Sousa *et al.*, 2025, p. 1731). Ou seja, para Oscar, o ato de lanchar, por exemplo, foi apresentado como: 1) pegar sua lancheira; 2) abrir a lancheira; 3) retirar as vasilhas; 4) destampar as vasilhas; 5) comer seu lanche; 6) descartar os resíduos; e 7) guardar suas vasilhas. Esse método foi implementado a partir das singularidades percebidas pela mediação, visto que Oscar possui uma considerável rigidez cognitiva para seguir padrões, o que facilitou sua adaptação diante dos comandos proferidos pelos mediador. Após a apresentação visual encadeada das atividades, a mediação, nos dias seguintes, apenas reforçou as etapas de modo verbal, relembrando o aluno de como realizar as tarefas que antes tinha dificuldades. Vale pontuar que, por ser uma estratégia adotada recentemente, o mediador ainda precisa relembrar das etapas de modo verbal.

A partir dessas intervenções, com foco no incentivo à autonomia e no desenvolvimento de habilidades funcionais, foram observados avanços significativos. O aluno passou a realizar, de forma progressivamente independente, tarefas relacionadas ao autocuidado e à organização pessoal, como pegar seu lanche, organizar a lancheira após o uso e descartar o lixo adequadamente, além de demonstrar maior iniciativa na realização de solicitações básicas, como levantar a mão e falar com o professor.

Esses avanços evidenciam a importância de práticas pedagógicas que não se limitem ao desenvolvimento cognitivo, mas que contemplem a formação integral do sujeito. Embora o aluno apresentasse elevado desempenho cognitivo, especialmente em matemática, observou-se a necessidade de intervenção em habilidades adaptativas, reforçando que a mediação escolar também contempla aspectos sociais e funcionais do desenvolvimento (Mousinho *et al.*, 2010). Logo, a promoção da autonomia mostrou-se fundamental não apenas para o desempenho escolar, mas, sobretudo, para a vivência em diferentes contextos sociais, contribuindo para a independência e a qualidade de vida do aluno.

Esse recorte aqui citado, com Flávia e Oscar, evidencia que a autonomia não se configura como uma habilidade que se desenvolve com rapidez e com incentivo isolado, mas se apresenta como uma habilidade que deve ser estimulada de forma coletiva (professores, mediador, família e coordenação), paciente e gradual a partir de intervenções personalizadas e sensíveis às especificidades dos alunos acompanhados.

Conclusões

Pode-se concluir que a mediação escolar é uma ferramenta necessária na escola atual por contribuir para o desenvolvimento da autonomia de estudantes público-alvo da Educação Especial. Quando o mediador escolar se debruça sobre o conhecimento e se apropria dos pilares que embasam sua função, consegue se distanciar de práticas semelhantes a de um cuidador para

desenvolver uma atuação prevista e intencional com embasamento científico e objetivos claros e pré-estabelecidos.

Os dados expostos neste trabalho, fazem-nos refletir que intervenções articuladas e de qualidade favorecem a independência dos estudantes e contribuem para seu desenvolvimento pessoal. Também nos aponta que a mediação não surge para representar integralmente os alunos, mas vem para apoiá-los em seu desenvolvimento escolar como um sujeito histórico que possui direitos, deveres, vontades próprias, personalidade, potencialidades e desafios.

Desse modo, a mediação passa a construir as habilidades de autonomia com seus alunos de modo coletivo, com atuação da equipe pedagógica e da família, processual e individualizado, no sentido de respeitar as características únicas que representam e formam cada aluno. Logo, é válida a reflexão que surge acerca de uma mediação com vistas a emancipação dos alunos mediados.

Por fim, entende-se que a mediação escolar no contexto da Educação Especial Inclusiva se configura como uma prática substancial que soma na efetiva inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Palavras-Chave: Mediador Escolar; Educação Inclusiva; Práticas Pedagógicas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 de out. 2025. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12686-20-outubro-2025-798166-publicacaooriginal-176779-pe.html. Acesso em: 25 mar. 2026.

MOUSINHO, Renata; SCHMID, Evelin; MESQUITA, Fernanda; PEREIRA, Juliana; MENDES, Luciana; SHOLL, Renata; NÓBREGA, Vanessa. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista Psicopedagogia**, [*S. l.*], v. 27, n. 82, p. 92–108, 2010. Disponível em: https://revistapsicopedagogia.com.br/revista/article/view/638. Acesso em: 20 mar. 2026.

SOUSA, Rodger Roberto Alves de; RIBEIRO, Eber Berbert; VELASCO, Lígia Galvão; MATOS, Maria Aparecida Rabelo de Sousa; COUTO, Zenaide Rodrigues dos Santos Couto; REZENDE, Roneide de Carvalho; ARAUJO, Elliciane de Sousa. Treinamento de habilidades funcionais com ABA promovendo a autonomia de alunos com Deficiência Intelectual em contextos escolares inclusivos. **Editora Impacto Científico**, [*S. l.*] , pág. 1727–1744, 2025. DOI: 10.56238/edimpacto2024.002-107 . Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/editoraimpacto/article/view/6014. Acesso em: 28 mar. 2026.